

Menos burocracia pode render R\$ 42 mi em 98

Sandro Silveira
Da equipe do Correio

O governo quer garantir uma economia de 8% nas pequenas compras e serviços ao reduzir os prazos de pagamento. Segundo o secretário Federal de Controle, Domingos Poubel de Castro, ao pagar os fornecedores apenas 72 horas depois da realização de serviços ou entregas que não precisam de licitação, a União pode ter uma economia de R\$ 42 milhões nas contas referentes a esse segmento. "Quem paga à vista gasta menos", diz Poubel. Para o secretário, o prazo de 72 horas equivale, na prática, a um pagamento à vista.

Atualmente, o governo faz 1,071 milhão de pequenas pequenas compras por ano, gastando R\$ 535 milhões no total. Cada uma vale pouco mais de R\$ 500. Essas pequenas despesas representam 83% do número de pagamentos feitos pelo orçamento de compras e serviços da União, embora equivalham a apenas 4% do total de gastos do governo.

O problema está no corriqueiro atraso nos pagamentos dessas compras, que são de até R\$ 1.972,52 cada uma. Elas dispensam licitações, mas exigem cartas-convide. O atraso é provocado pela burocracia, que faz o dinheiro transitar por vários órgãos até chegar ao seu destino. Como a empresa sabe que estará sujeita a um atraso, cobra mais caro do governo que do cliente privado.

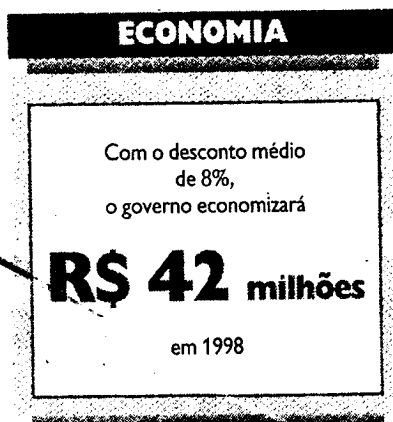
Para acabar com esse atraso, o Tesouro Nacional passará a pagar diretamente à unidade gestora responsável por quitar a conta junto ao fornecedor. Tudo será feito por meio de uma ordem bancária de pagamento, debitada diretamente

na conta do Tesouro por qualquer banco. Delegacias da Receita Federal, do Ministério da Agricultura ou do INSS são exemplos de unidades gestoras instaladas em várias cidades do país.

O fornecedor, que precisa ser cadastrado no Ministério da Administração, saberá que seu pagamento será feito à vista porque receberá uma nota de empenho com pagamento em 72 horas, que será diferenciada para fácil identificação pelo Tesouro Nacional. No sistema de pagamento atual não há ordem bancária e a nota de empenho é comum.

Antes de o dinheiro chegar até as unidades gestoras, há circulação por pelo menos três órgãos inter-

mediários. A ordem bancária, permitida pelo decreto 2.439, assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro interino da Fazenda, Pedro Parente, eliminará essa burocracia



nas pequenas compras.

O decreto foi publicado no *Diário Oficial* da União do dia 24 de dezembro e será testado em janeiro pelos ministérios da Fazenda e do Exército, responsáveis pelo projeto-piloto. Depois, verificadas e corrigidas eventuais falhas, a prática será estendida para todos os setores federais ainda em 1998.

Pelo decreto, se o fornecedor não receber o pagamento três dias depois de ter cumprido sua obrigação, poderá denunciar a unidade gestora à Secretaria Federal de Controle, que investigará os motivos do atraso. Uma das consequências possíveis é a troca do gestor. Para Poubel, "é algo positivo, pois terei 800 mil fiscais a mais para saber se o governo está sendo eficiente".